

Entrevista



ANA CRISTINA PIRES FERREIRA

“O ensino superior é essencial em Cabo Verde, se estiver associado a um sistema de inovação e permitir desenvolver uma capacidade endógena para produzir conhecimento científico em áreas estratégicas”



Ana Cristina Pires Ferreira

“O ensino superior é essencial em Cabo Verde, se estiver associado a um sistema de inovação e permitir desenvolver uma capacidade endógena para produzir conhecimento científico em áreas estratégicas”

Entrevista conduzida por **Sílvia Azevedo*** e **Júlio Santos****

Setembro 2014

Cabo Verde é apontado no contexto africano como um bom exemplo de expansão e generalização do acesso à educação e do alcance de outras metas definidas no âmbito dos ODM e figura nos lugares cimeiros do índice Ibrahim de Boa Governação Africana. Contudo, como país com uma forte dependência de ajuda externa, organismos transnacionais e supranacionais são atores bastante presentes que moldam as políticas adotadas. A entrevista cruza estes aspetos centrando-se no papel que o ensino superior em Cabo Verde, com uma expressão ainda relativamente recente no país, pode desempenhar para o desenvolvimento endógeno e quais os desafios que enfrenta.

Ana Cristina Pires Ferreira é Doutora em Ciências da Educação, com especialização na avaliação de políticas educativas; cofundadora da Universidade de Cabo Verde aonde exerce a docência na área da Educação e desenvolve projetos de investigação que analisam as reformas educativas ocorridas após a independência. Exerceu entre 1997 e 2003 funções diretivas no Ministério da Educação de Cabo Verde.

Sílvia Azevedo (SA) / Júlio Santos (JS): **Face aos progressos que Cabo Verde tem exibido nos últimos anos, que também colocaram o país numa posição de desenvolvimento médio, que importância atribui à educação nesse percurso?**

Ana Cristina Pires Ferreira (ACPF):

A educação é considerada como um dos pilares do desenvolvimento do país. Em primeiro lugar e se adotar uma perspectiva instrumental, diria que ela fornece mão-de-obra qualificada a diferentes

níveis utilizada no mercado de trabalho nacional e “exportada”, principalmente através da emigração. Indo além dessa visão instrumental, diria que o maior contributo da educação é a mudança de mentalidade que ela tem provocado nas gerações que beneficiaram do processo de massificação do acesso, primeiro ao ensino básico, depois ao ensino secundário e, recentemente, a generalização do acesso ao ensino superior. Com efeito, pode-se tomar como exemplo algumas das mudanças que ocorreram na área da saúde reprodutiva. Essas mudanças estão

* Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

** Instituto de Educação da Universidade do Minho e Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

traduzidas na redução do número de crianças por mulher, aumento das famílias em que ocorre o planeamento familiar. Acresce-se a valorização da educação enquanto importante meio de mobilidade social e de melhoria da qualidade de vida. A educação faz parte da cultura, do imaginário cabo-verdiano, como um dos principais recursos do país, país que é extremamente desprovido de recursos naturais exploráveis, o que o obriga a voltar-se para o exterior para captar recursos necessários ao desenvolvimento.

SA/JS: Uma das suas áreas de investigação/especialização tem sido a transferência de modelos e de políticas e educativas. Que análise faz destas influências e da sua relação com o desenvolvimento do país ou, mais propriamente, o que representam estas influências para o país, nomeadamente na área da educação?

ACPF: Cabo Verde, enquanto país fortemente dependente da ajuda externa para o seu processo de desenvolvimento, está sob injunção das organizações internacionais de ajuda ao desenvolvimento que procuram transferir “boas práticas”, referenciais de políticas educativas, associadas aos financiamentos que concedem para o desenvolvimento. Não raras vezes, essas organizações internacionais financiadoras advogam um modelo de organização, funcionamento e gestão na educação que foi concebido numa realidade distante da cabo-verdiana, mas que por ter sido contextualizado e testada noutros países com algumas (poucas) características comuns ou próximas às de Cabo Verde, são consideradas válidas. Não raras vezes, os modelos têm um carácter geral, o que os torna atrativos para os diferentes atores nacionais porque cada um consegue projetar nele os

seus interesses, necessidades e problemas. Cabo Verde, assim como acontece com vários outros países africanos, acaba por constituir-se como um laboratório de experiência de modelos para a educação e para o desenvolvimento. A reciclagem da ajuda pública é um exemplo, assim como a criação de pólos educativos (agrupamento de escolas do ensino básico) para a realização da política de “todos na escola” difundida pela UNESCO na década de 1990 e reforçada em 2000.

Nesse processo experimental (ou não) os atores nacionais (políticos, técnicos, professores) e internacionais posicionam-se, interagem não numa postura de total subjugação dos primeiros em relação aos segundos, mas sim de alinhamento de discursos e de “bricolage” na implementação do modelo. Estes processos baseiam-se na leitura e reinterpretção do modelo, em função do contexto local (recursos, cultura...), nas adaptações que são realizadas em função do que os atores locais considerem como sendo úteis, pertinentes para a resolução dos problemas e questões que enfrentam. Um exemplo ilustrativo é a difusão do modelo de pluridocência, pela assistência técnica associada à cooperação portuguesa, durante a reforma educativa da década de 1990, e a adoção pelo Ministério da Educação de Cabo Verde da monodocência nos 6 anos do ensino básico, escolaridade obrigatória, por ser o que permitia conciliar melhor a visão de educação para todos com os recursos existentes e que não abundavam.

É evidente que Cabo Verde, para captar os financiamentos externos, para se inserir no sistema-mundo, adota na sua política educativa os discursos veiculados pelas organizações internacionais, bem como os “modelos viajantes”. No entanto, há um processo de contextualização mais ou menos profundo e extensivo que acontece. Além disso, não raras vezes,

são veiculados, ao mesmo tempo, mais do que um modelo que preconiza inovação em termos pedagógicos. No terreno da escola, da sala de aula, essas iniciativas misturam-se e através de processos de empréstimo e de cedência, tornam-se algo híbrido, diferente do modelo que chega. Um exemplo atual é a introdução da abordagem por competências no novo currículo do ensino básico e ao mesmo tempo uma nova metodologia de ensino da língua portuguesa no 1.º e no 2.º ano. Possuem filosofias distintas, alguns princípios comuns (criança no centro do processo educativo) e buscam os mesmos resultados, “saber comunicar de forma adequada no quotidiano”. No entanto, ambos ainda se encontram distantes da realidade das crianças que é da convivência de forma desigual de duas línguas, a materna (língua cabo-verdiana) e oficial (língua portuguesa).

Em suma, os modelos veiculados a nível internacional e que influenciam as políticas educativas do país permitem, não raras vezes, tornar mais visível os problemas já existentes, trazem soluções para estes ou então soluções para problemas ou ainda novos problemas. É pois, no processo de interação e de tensão entre as perspetivas transnacionais difundidas sob a forma de recomendações algumas vezes, ou de imposições noutras vezes, e das demandas ou exigências da sociedade cabo-verdiana que se desenvolve a política educativa.

SA/JS: O ensino superior é um nível de ensino com uma expressão relativamente recente e a ACPF esteve envolvida na sua implementação. Como avalia a importância do Ensino Superior para o desenvolvimento de um país e que tipo de constrangimentos, desafios/potencialidades enfrenta hoje o Ensino Superior em Cabo Verde?

ACPF: Cabo Verde, aquando da sua independência, em Julho de 1975, fez a opção de começar por investir na elevação do nível geral de escolaridade da população como elemento importante da mudança de mentalidade, como já me referi, necessária ao projeto de desenvolvimento que se pretendia para o país. Só em meados da década de 1990 e na sequência da expansão do ensino básico e do secundário, é que se perspetiva o ensino superior enquanto um subsistema educativo. A preocupação com o bem-estar geral da população, conjugada com as perspetivas de desenvolvimento dos principais financiadores da ajuda ao desenvolvimento (principalmente do Banco Mundial), que focam o ensino básico como sendo essencial, contribuem para protelar o investimento no ensino superior no país (alguns pensavam que o ensino superior deveria ser criado logo após a independência). No entanto, por ser reconhecido, pelo país, o contributo do ensino superior para o desenvolvimento enquanto meio de aquisição e produção de conhecimento aplicável na resolução dos problemas, vários foram os cabo-verdianos que saíram (e ainda continuam a sair mas em menor quantidade) para estudar em diferentes universidades. Esse movimento foi primeiramente em direção aos países que ajudaram na luta pela independência, nomeadamente Cuba e ex-URSS e depois foi-se diversificando, havendo no entanto, concentração em Portugal, por razões históricas.

Considero que o ensino superior é essencial em Cabo Verde, se estiver associado a um sistema de inovação e permitir desenvolver uma capacidade endógena para produzir conhecimento científico nas áreas já consideradas estratégicas para o seu desenvolvimento socioeconómico (mar, turismo, inclusão social...), se contribuir para processos de

transferência tecnológica e de aplicação de conhecimentos que permitam ao país enfrentar mais e melhor os desafios de desenvolvimento sustentável. A título de exemplo, só muito recentemente tem havido investimento por parte do ensino superior (Universidade de Cabo Verde) em áreas como as ciências do mar e ambientais, importantes para o país, com a capitalização de conhecimentos endógenos e dos veiculados através da cooperação interuniversitária internacional.

No meu entender, os constrangimentos e desafios do ensino superior em Cabo Verde prendem-se com:

- a) A garantia da equidade regional e social no acesso, visto as onze instituições públicas e privadas existentes oferecerem os seus serviços somente em 4 dos 22 municípios existentes e em duas ilhas das 9 ilhas. Ainda não existe um sistema de ensino superior a distância, que possa responder efetivamente às demandas e a oferta de formação superior profissionalizante curta (semelhante aos cursos de educação tecnológica – CET) é limitada em termos de abrangência (área científica e geográfica).
- b) O financiamento e a sustentabilidade constituem sem dúvida um dos elementos mais preocupantes. Com efeito, vários são os problemas nesses domínios pois, com a diversidade das instituições que são maioritariamente privadas, as propinas exigem das famílias um grande esforço financeiro e muita persistência para serem cobradas; o sistema de bolsas de estudo possui mecanismos de reembolso (salvo no caso de empréstimo bancário) e de retroalimentação que não são claramente definidos e efetivamente assumidos; acumulam-se as dívidas no ensino superior, as

desistências que ocorrem são ocasionadas maioritariamente por razões financeiras; nem sempre se consegue reunir as condições materiais, logísticas para a realização dos cursos, o que influencia negativamente a qualidade das aprendizagens, sobretudo quando se trata de cursos com componente tecnológica forte. Esses são alguns dos vários problemas que desafiam a qualidade dos cursos, da investigação e do ensino superior no seu todo em Cabo Verde para os quais se esperam soluções endógenas e criativas.

SA/JS: Qual a importância/papel que atribui à universidade relativamente às questões de género?

ACPF: Considero que a universidade, assim como os estabelecimentos de ensino noutros subsistemas educativos, têm um papel fundamental na promoção do equilíbrio de género ao proporcionar igualdade de oportunidades no acesso e no sucesso no ensino superior nas mais diversas áreas. No entanto, verifica-se ainda na universidade de Cabo Verde e nas outras, cursos masculinizados (Engenharias) e cursos feminizados (nas Ciências Sociais, na Educação), o que revela ainda o enraizamento da distribuição desigual dos papéis na sociedade em função do sexo.

Conhecendo a realidade cabo-verdiana em que a desigualdade de género é patente em diferentes domínios e tendo em conta o desiderato, em termos de políticas públicas, de uma sociedade mais justa, mais coesa e mais próspera, não é por acaso que existe na Universidade de Cabo Verde um Centro de investigação sobre as questões de género e da família. A ideia de estudar para compreender e melhor agir é a base e a razão de existência dessa estrutura. Ela decorre da missão da Universidade que é contribuir para a transformação de Cabo

Verde, nomeadamente através da investigação e da extensão em áreas e sobre temas candentes.

SA/JS: Pensando nos jovens cabo-verdianos, que desafios enfrenta um jovem que frequenta o ensino superior em CV?

ACPF: Pensando num jovem que frequenta o ensino superior em Cabo Verde, no meu entender, os desafios que enfrenta prendem-se, por um lado, com a questão financeira já referida. Isto é, as dificuldades das famílias em assumirem o cofinanciamento dos custos neste subsistema, que são os mais elevados de todo sistema educativo pelas características que possui (necessidade de equipamentos com alguma sofisticação, de recursos humanos qualificados para a docência e a investigação...). Por outro lado, os desafios estão associados a um défice de cultura académica, decorrente de acesso limitado a material bibliográfico, da fraca imersão em contextos e processos de ensino e aprendizagem que contribuam para a afirmação e desenvolvimento dessa cultura. A título ilustrativo, poucos são os estudantes que frequentam as bibliotecas da Universidade ou que participam de moto próprio nas atividades de extensão (conferências, colóquios, etc.). Além disso, enfrentam o desafio do desenvolvimento de uma cultura de investigação, visto serem pouco ou nada envolvidos em projetos de investigação desenvolvidos na universidade. Muitas vezes, esse fraco envolvimento decorre das dificuldades dos docentes em interessar e motivar os estudantes, do fato destes terem que conciliar responsabilidades diversas (trabalho, associativismos, família...) e sentirem-se sobre-

carregados. O fraco envolvimento decorre ainda da postura de alguns docentes de se reservarem à função investigativa.

SA/JS: Que tipo de ensino superior anseia para Cabo Verde e para África nos próximos 10 anos?

ACPF: Considerando os desafios referidos acima, as perspetivas de transformação do país numa nação inclusiva, competitiva a nível internacional, e com prosperidade para Todos (visão do governo para Cabo Verde, no horizonte 2030), anseio para Cabo Verde um ensino superior que qualifique os jovens e os adultos e lhes permitam desenvolver competências técnicas, estéticas, socio-afetivas para agir, refletidamente, no contexto local e para se adaptarem aos contextos vários aonde estarão inseridos no quadro da emigração pois, esta é um elemento característico de Cabo Verde.

Anseio ainda, que o ensino superior, em Cabo Verde, assim como nos demais países africanos, contemple a investigação aplicada na resolução das questões de desenvolvimento social, económico e tecnológico a nível macro, intermédio e micro; que a investigação seja desenvolvida de forma autóctone, com base em referenciais e epistemologias que reflitam a vivência, (a)s identidade(s) africana(s). Espero que a África possa produzir e difundir conhecimento de si e para si, seguindo a perspetiva avançada por Amílcar Cabral, em 1973, “pensar com as nossas próprias cabeças”. Almejo ainda, que esse conhecimento seja reconhecido pela sua diversidade, pelo descentramento de paradigmas hegemónicos que acarretam e que, ao mesmo tempo, agregue valor à(s) cadeia(s) de conhecimento global.